

O cofre da conservação

Categories : [Carlos Eduardo Young](#)

As florestas tropicais brasileiras continuam todos os dias nos jornais, sempre pelos maus motivos. Das editorias de Ciência, quando anunciada a aceleração do desmatamento (prevista por meio mundo, inclusive esta coluna), passaram a ocupar as páginas de Política, por causa da repercussão nacional e internacional do problema, e agora chafurdam na lama das crônicas policiais. Será que, diante de quadro tão negativo, há algo positivo a se dizer?

Acreditamos que sim. Há luzes na floresta que não são de mais fogo na mata. Não se trata de minimizar o problema, adoçando os números com cálculos de cabeça para baixo. Os dados mostram claramente que houve aceleração do desmatamento. A alegada “vitória” de que o desmatamento poderia ter sido ainda pior por causa da expansão do PIB brasileiro no período não se sustenta quando se olha a série recente dos dados: não há correlação entre o aumento do PIB nacional e o desmatamento na Amazônia. Como mostra o gráfico, a taxa de crescimento do PIB oscila consideravelmente, mas o desmatamento apresenta uma tendência ascendente crescente. Se houvesse a relação apregoada pelo Governo Federal, o desmatamento deveria ter diminuído durante a recessão de 2001-2003.

O que pode realmente mudar de maneira significativa a movimentação de recursos para a conservação da biodiversidade no Brasil são as compensações ambientais, previstas no artigo 36 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Segundo a lei, empreendimentos de significativo impacto ambiental são obrigados a pagar uma determinada quantia para ser usada exclusivamente em unidades de conservação de proteção integral – excepcionalmente, unidades de conservação de desenvolvimento sustentável podem ser beneficiadas, desde que diretamente afetadas pelo projeto. Mas trata-se de assunto polêmico e ainda nebuloso, que deixaremos para uma próxima coluna exclusivamente dedicada ao tema.